

O DEBATE SOBRE MEIO AMBIENTE POR DAVI KOPENAWA YANOMAMI NO RODAVIVA: É POSSÍVEL (RE)CONSTRUÍRMOS UM CONHECIMENTO DECOLONIAL?

EL DEBATE AMBIENTAL DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI SOBRE RODAVIVA: ¿ES POSIBLE (RE)CONSTRUIR EL CONOCIMIENTO DECOLONIAL?

MARIA CLARA RODRIGUEZ SOSA

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
m183508@dac.unicamp.br

ÉRICA MARIOSIA MOREIRA CARNEIRO

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
eriquinhamariosa@gmail.com

ANA DE MEDEIROS ARNT

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
anaarnt@unicamp.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a entrevista de Davi Kopenawa Yanomami para o programa *RodaViva*, no dia 10 de abril de 2024. O *RodaViva* é um importante programa de debates brasileiro. Sua importância como palco de discussões é indiscutível na sociedade brasileira, e seus convidados são pessoas influentes em suas áreas de atuação. A presença de Davi Kopenawa Yanomami é emblemática, o xamã trata de mudanças climáticas, políticas públicas e suas problemáticas. Acreditamos que o programa possa nos dar pistas para a construção de diálogos entre epistemologias distintas, de forma a (re)construir uma educação ambiental decolonial.

Palavras-chave: decolonialidade; mudanças climáticas; educação ambiental; dispositivo meio ambiente; conhecimento indígena.

Eixo temático: 4. Linguagens e culturas no ensino de Ciências e Biologia.

Modalidade: pesquisa acadêmica.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la entrevista de Davi Kopenawa Yanomami para el programa *RodaViva*, el 10 de abril de 2024. *RodaViva* es un importante programa de debate brasileño. Su importancia como escenario de debates es indiscutible en la

sociedade brasileira y sus invitados son personas influyentes en sus áreas de actuación. Es emblemática la presencia de Davi Kopenawa Yanomami, el chamán, en la entrevista, se ocupa del cambio climático, las políticas públicas y sus problemáticas. Creemos que el programa puede darnos pistas para construir diálogos entre diferentes epistemologías, con el fin de (re)construir una educación ambiental decolonial.

Palabras clave: decolonialidad; cambios climáticos; educación ambiental; dispositivo medio ambiente; conocimiento indígena.

Eje temático: 4. Lenguajes y culturas en la enseñanza de las Ciencias y la Biología

Modalidad: investigación académica.

INTRODUÇÃO OU APRESENTAÇÃO

Transmitido ininterruptamente desde 29 de setembro de 1986, o Roda Viva¹ é o mais antigo programa de entrevistas e debates no ar na televisão brasileira. Disponibilizado gratuitamente através do canal de televisão Cultura e pelo YouTube², ambas de acesso aberto, o canal convida personalidades brasileiras para uma roda de conversa e entrevistas sobre assuntos de interesse público. As suas entrevistas já chegaram a 2,3 pontos no Ibope, sendo cada ponto cerca de 74,5 mil domicílios ligados naquela programação, e a uma média de 40 mil visualizações por programa no YouTube,

No dia 10 de abril de 2024 o convidado foi Davi Kopenawa - escritor, ator, xamã e importante líder político Yanomami, a bancada de entrevistadores foi formada por Ariene Susui, jornalista e ativista indígena, Daniela Chiaretti, repórter especial e colunista do Valor Econômico, Leandro Barbosa, jornalista especializado na cobertura socioambiental, Leão Serva, correspondente da TV Cultura em Londres, e Petria Chaves, escritora e âncora da Rádio CBN. Na ocasião, os assuntos em pauta giravam em torno do pedido de Kopenawa ao Papa Francisco para que o pontífice ajudasse a salvar seu povo, os Yanomami, que vivem na maior Terra Indígena do Brasil e vem sofrendo com as invasões ilegais, causando diversas problemáticas, entre elas, a desnutrição, violência e mortes.

Neste artigo, temos como objetivo a análise dessa entrevista de Davi Kopenawa Yanomami no RodaViva. A pergunta que nos move é: será possível aprendermos com os conhecimentos indígenas a lutar e conservar o meio ambiente?

¹ Acesso em <https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/>

² Acesso em <https://www.youtube.com/rodaviva>

A partir de um olhar decolonizador para o conhecimento ambiental, possibilitando novos olhares e *sentires* para o momento ambiental que vivemos, as contradições e as *(im)possibilidades* de diálogos entre um conhecimento decolonizador e a sociedade como é composta atualmente. Isto quer dizer que por vezes as ações do governo serão questionadas a partir de um olhar problematizador aos processos educativos na área ambiental.

As mudanças climáticas têm sido pauta central no governo atual, que se iniciou em 2023. Todavia, nota-se uma dificuldade deste mesmo governo em administrar os desmontes ambientais realizados nos últimos anos e as metas às quais se propôs em âmbito nacional e internacional. São muitos os atores sociais presentes no âmbito da governança ambiental, políticos, lideranças indígenas, ambientalistas, gestores ambientais, entre outros. Uma das ações colocadas como necessárias para atingir tais metas é a educação e, mais especificamente, a educação ambiental. A título de exemplo da presença da educação nos acordos internacionais relacionados ao meio ambiente, trazemos o artigo 12 do Acordo de Paris assinado na COP-21 em 2015:

As Partes devem cooperar na adoção de medidas, conforme o caso, para melhorar a educação, o treinamento, a conscientização pública, a participação pública e o acesso público à informação sobre mudança do clima, reconhecendo a importância dessas medidas no que se refere ao fortalecimento de ações no âmbito deste Acordo. (BRASIL, 2015).

Isto é, a sociedade civil deve fazer parte das decisões públicas referentes às mudanças climáticas, deve ter as ferramentas necessárias para ser capaz de dialogar com as diversas instâncias de poder, deve ser parte das respostas dos governos às atuais questões ambientais. Os cidadãos devem, portanto, estar dentro e sintonizados com os governos. Entretanto, sempre existem resistências e oposições. Nos últimos anos, as vozes indígenas têm ido cada vez mais às mídias, expondo sua cultura e identidade, além de protestar contra as violências do Estado e reivindicar direitos que lhes são retirados.

O movimento Indígena surge como forma de resistência às opostas políticas de interesses capitalistas, formando-se um movimento social, para que juntos se mobilizem contra tantos retrocessos impostos historicamente a um povo nato das terras brasileiras. Conforme se observa, a luta de tal movimento constitui numa reparação histórica e a manutenção de poucos direitos adquiridos para que possa se viver com o mínimo de identidade e cultura preservadas. (BORGES et al, 2018, p. 284)

Vozes essas que denunciaram inúmeros descasos com às populações originárias, recentemente focadas na falta de assistência durante a pandemia da covid-19 no Brasil,

que contabilizou já no início de 2021, mais de 50.468 casos em 163 povos³ e a invasão do garimpo ilegal em terras Yanomami que provocaram casos graves de violências, e contaminação por mercúrio, malária e desnutrição severa, além da devastação de 54% do território Yanomami.

Até então, a comunicação tradicional – ou melhor, o jornalismo, porque não dá para dizer que aquilo era uma comunicação, pois nós nunca éramos ouvidos –, as grandes redes tinham suas próprias opiniões sobre nós. As pessoas nos tratavam como algo folclórico, o que nos incomodava muito. Isso nos fez compreender a importância da comunicação para que pudéssemos transmitir, nós mesmos, as nossas vozes, os nossos conhecimentos e nossa realidade (RODRIGUES, 2023, p.1).

Neste sentido, o espaço de debate promovido pelo Roda Viva, com o Davi Kopenawa Yanomami, que é uma das grandes lideranças dessas vozes, e vem lutando pela causa indígena e pelo povo Yanomami há décadas, simboliza essa abertura e disseminação de vozes indígenas sobre temáticas que são pertinentes a elas e devem ser apresentadas por elas.

Palavras de um xamã yanomami

Nascido em 1956, Davi Kopenawa Yanomami, luta pelas questões yanomami há muitas décadas, destacamos neste artigo, a fundação em 2004 da Hutukara Associação Yanomami que trabalha politicamente na defesa, proteção e articulação do povo yanomami, a autoria do livro *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami* que narra histórias e traz conhecimentos do povo yanomami e a denúncia formal na 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, em 2020 os ataques aos povos indígenas e a floresta amazônica durante a pandemia da covid-19 (TADDEI, 2021, p.1).

Diante disto, para a edição do Roda Viva, na qual Kopenawa participa, foram selecionados os seguintes assuntos de interesse público: a política atual de defesa ao meio ambiente e aos povos originários; a educação; a cosmologia yanomami e as mudanças ambientais e climáticas pelas quais passamos.

Os assuntos são sugeridos, tradicionalmente, pelas personalidades escolhidas para participarem da roda de conversa, essas pessoas, normalmente, são figuras públicas que pesquisam, trabalham ou possuem um contato mais próximo com a temática central da edição do programa. É papel delas que também preparem perguntas, dentro dos temas

³ Denunciado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) - RAQUEL (2021)

propostos, e que dará a oportunidade para que o convidado exponha seu posicionamento diante dos assuntos abordados.

Nesta entrevista, podemos observar que foram colocadas diversas problematizações acerca do conhecimento naturalizado e imposto, a partir de tais problematizações defendemos a possibilidade de pensar novos caminhos de educação. Seleccionamos, para este artigo, um dos temas abordados, isto é, a importância das gerações futuras para conservação do meio ambiente, e como Davi Kopenawa expõem o seu conhecimento acerca do que lhe é questionado, analisando a partir da literatura sobre decolonização (FERDINAND, 2022; SEGATO, 2021) e do livro *A Queda do Céu* (KOPENAWA, ALBERTS, 2015).

Sobre as gerações futuras e o papel da universidade

Uma das perguntas dirigidas à Davi Kopenawa, pela jornalista Pietra Chaves, foi a das possibilidades dos homens brancos aprenderem com o povo yanomami a sonhar a terra e a respeitar o meio ambiente. Davi então responde que o homem branco é um invasor recente de terras, esses invasores são o que ele denomina como homens da mercadoria, que pensam apenas pela lógica do mercado, da utilização e extração de recursos. Esses homens, segundo ele, não têm como aprender sem sair de sua lógica, não têm como aprender, pois sua atenção está voltada para o negócio, eles são viciados em mercadoria (KOPENAWA, 2024).

Entretanto, Davi Kopenawa afirma que as gerações futuras podem aprender, uma vez que cada vez mais os discursos indígenas e de proteção à floresta estão inseridos nas universidades e nos debates públicos. São as novas gerações do povo branco que podem escutar os conhecimentos indígenas e trabalhar na conservação do meio ambiente. Ainda que Davi Kopenawa não compreenda a ideia de meio ambiente, e sim, de floresta, de casa (KOPENAWA, 2015).

DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS

Destacamos a importância de pensarmos novas formas de educação para além da fórmula do conhecimento ocidental. O meio ambiente é aqui entendido como um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1979), isto é compreender as questões ambientais como uma rede de relações de poder que constroem o que pode ser dito, como pode ser dito, e quais são

os atores com vozes, dentro e fora de espaços institucionalizados, científicos, acadêmicos e sociais.

Trabalhar com a ideia de meio ambiente como dispositivo é retirar o caráter óbvio do tema, do que aprendemos e ensinamos; e é exercitar um olhar problematizador, isto é, questionar as verdades que nos são dadas. Os dispositivos de poder, segundo Foucault, são conjuntos heterogêneos compostos por: aparatos tecnológicos, arquitetura, legislações, saberes, instituições, disciplinas, entre outras esferas (FOUCAULT, 1979).

Uma das esferas do dispositivo meio ambiente é a legislação. No governo brasileiro, temos uma série de legislações, conceitos, práticas, colocadas como certas que dialogam com a política internacional, por exemplo:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; (BRASIL, 1981, p. 1).

Ainda assim, é necessário problematizarmos as redes de poder e interesses que rodeiam essas instituições. Quando Davi Kopenawa responde à pergunta de Pietra Chaves, sobre os homens da mercadoria, faz alusão ao sistema ao qual estamos imersos, que pensa em produção, gastos, lucros e acúmulo de capital. O meio ambiente torna-se nesta visão um espaço administrável do qual se pode extrair e o qual se deve gerenciar para benefícios de todos.

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; ([Vide decreto nº 5.975, de 2006](#))

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; (BRASIL, 1981, p. 1).

Esse papel do Estado, como administrador das terras, se faz necessário ao se pensar na distribuição entre pessoas e recursos disponíveis. Entretanto, está cada vez mais evidente a atuação de uma vertente liberal nas questões concernentes ao meio ambiente. Um exemplo disso é a própria ideia de mercado de carbono que se trata da compensação financeira para emissão de gases efeito estufa, que tem como premissa a redução dessas emissões para frear as mudanças climáticas. No Brasil, essa ideia está sendo tramitada através da PL 2148/15:

A proposta estabelece um mercado regulado de títulos de compensação e geração de créditos por emissões de gases de efeito estufa. Esse mercado será vinculado ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que será desenvolvido em cinco fases ao longo de seis anos. O sistema negociará cotas brasileiras de emissão (CBE) e certificados de redução ou remoção verificada de emissões (CRVE). Cada cota ou CRVE representará uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO_{2e}). Assim, cada certificado de redução ou remoção permite cancelar uma cota de emissão de gases.

A ideia é que, após um tempo de adaptação, as atividades econômicas com mais dificuldades de reduzir emissões por processos tecnológicos comprem cotas para poluir e certificados que atestem a captação do que foi liberado na atmosfera, zerando a emissão líquida (SIQUEIRA, 2023, p.1).

Corroborando a afirmação de Davi Kopenawa, de que o homem branco é ‘viciado’ em mercadoria, não consegue olhar para o mundo sem as lentes do mercado. De forma a sair dessa lógica, é necessário que as novas gerações entrem em contato com outros conhecimentos de mundo, com novas lentes de sabedoria. É importante neste ponto citar que para a lógica epistêmica dos yanomami não existe meio ambiente, e sim, a floresta, a casa deles. Essa diferença epistêmica recai no fato que enquanto pensamos em meio ambiente, e falamos de recursos, Davi Kopenawa e o conhecimento yanomami falam de sua própria casa e de sua existência. Isso é fundamental de ser levado em conta, quando abordamos um novo modo de aprender e de dialogar.

Segundo o xamã, somente as futuras gerações podem sair do ciclo da mercadoria, através do conhecimento da cultura yanomami. A educação é parte dessa mudança, como veiculadora de conhecimentos. Contudo, é necessária uma educação decolonizadora, que questione, problematize e que veicule conhecimentos locais e ancestrais.

Nenhum conhecimento é passivo, neutro. O conhecimento é produzido e carrega consigo as relações de poder que compõem os sujeitos. “Temos antes que admitir que poder produz saber.” (FOUCAULT, p. 31, 2014). Isto é, os saberes produzidos estão imiscuídos por interesses, do que interessa conhecer, do que se pode dizer, de quem pode dizer e de quem tem autoridade para produzi-lo. Nesse sentido, o movimento decolonial entende que o conhecimento hegemônico é produto dos processos colonizadores de apagamento de saberes tidos como menores, subversivos e /ou contrários aos interesses de uma sociedade ocidentalizadora.

O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação das pistas abandonadas rumo a uma história diferente, um trabalho nas brechas e fraturas da realidade social existente, dos restos de um naufrágio geral de povos que mal sobreviveram a um massacre material e simbólico contínuo ao longo de quinhentos anos de colonialidade, de esquerda e de direita. (SEGATO, 2021, p.73).

Que pistas são essas que estão sendo resgatadas por movimentos indígenas e têm sido pautas de disputas acerca do conhecimento ambiental e de mudanças climáticas? Davi Kopenawa Yanomami em *A Queda do Céu* (2015) nos dá essa pista: “Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomami devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos.” (KOPENAWA, ALBERTS, 2015, p. 355).

A lógica compensatória não pode substituir a floresta, o mercado de crédito de carbono não compensa as vidas que são violentadas e extintas. Este não pode ser o saber ambiental que passamos às futuras gerações, pelo contrário, cada vez mais precisamos ser vozes resistentes que espalhem as palavras daqueles que conhecem a floresta. “Os brancos nos chamam de ignorantes porque somos diferentes deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, porque eles querem ignorar a morte.” (KOPENAWA, ALBERTS, 2015, p. 390). Ignorar a morte é justamente achar que a mercadoria, a tecnologia, podem compensar as perdas sofridas. Ignorar a morte é justamente aceitar promessas de melhoras sem lutar pelo câmbio estrutural do conhecimento, de quem o produz. A educação ambiental, nesse sentido, deve ser ponto de contraste, deve trazer novas possibilidades de ver o mundo, deve trazer os conhecimentos de quem realmente conhece o meio ambiente, a floresta e que, infelizmente, têm sofrido diretamente com os desastres cada vez mais intensos que temos presenciado.

Sei que seus chefes não aceitarão com facilidade o que digo, pois seu pensamento ficou cravado nos minérios e nas mercadorias por tempo demais. No entanto, os que nasceram depois deles e irão substituí-los talvez me compreendam um dia. Ouvirão minhas palavras ou verão o desenho delas enquanto ainda forem jovens. Elas vão penetrar em suas mentes e eles assim terão muito mais amizade pela floresta. (KOPENAWA, ALBERTS, 2015, p. 393).

É com essas palavras de Davi Kopenawa Yanomami que encerramos essa análise acreditando que é possível e necessário aprendermos com os conhecimentos indígenas a proteger e conservar o meio ambiente. Mas, para isso, é necessário que esses conhecimentos estejam cada vez mais imiscuídos em nossas práticas educativas e acadêmico-científicas, tornando-se cada vez mais visibilizados e parte do conhecimento ensinado.

CONCLUSÕES

A entrevista de Davi Kopenawa Yanomami é importante, pois revela, em rede nacional, as incomensurabilidades entre a epistemologia yanomami e a epistemologia ocidental. Em tempos de buscar respostas e soluções para os desastres ambientais que temos vivenciado, é importante que alguém nos faça sair das nossas bolhas epistemológicas, que nos proponha caminhos antes não imaginados.

Cada vez mais iremos presenciar eventos climáticos extremos, que se transformam em desastre devido à falta de preparo, a falta de conhecimento, a falta de organização urbana. Existem muitos caminhos possíveis de serem trilhados, só não podemos manter o mesmo, se realmente quisermos enxergar mudanças. É necessário lutar para se ter uma voz na disputa sobre o saber ambiental, não deixar que sejamos levados pela utopia da tecnologia e do progresso. É necessário aprender com aqueles que pensam no ambiente inteiro. É necessário lutar pelas vozes que defendem a floresta em pé, o rio limpo, a diversidade animal e vegetal intacta; sem meias ações, sem metades protegidas e metades conservadas, sem compensações virtuais.

REFERÊNCIAS

BORGES, Kristielen Et. al. *Movimento social indígena*. Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Julho/2018.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Coordenação-Geral do Clima. Acordo de Paris. Brasília-DF: 2015.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KOPENAWA, Davi. Entrevista ao Programa Roda Viva. TV Cultura. Abril de 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RAQUEL, Martha. Brasil ultrapassa marca de mil indígenas mortos em decorrência da covid-19. Brasil de Fato, São Paulo, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrencia-da-covid-19>. Acesso em: 15 maio 2024.

RODRIGUES, Alex. Indígenas debatem importância da comunicação para o movimento. Agência Brasil, Brasília, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/indigenas-debatem-importancia-da-comunicacao-para-o-movimento>. Acesso em: 15 maio 2024.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SIQUEIRA, Carol. *Câmara aprova projeto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil*. Agência Câmara de notícias, cidade de publicação (se houver), 21 dez de 2023. Meio Ambiente e Energia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1029046-camara-aprova-projeto-que-regulamenta-o-mercado-de-carbono-no-brasil-acompanhe/>. Acesso em: 05 mai. de 2024.

TADDEI, Renzo. 2021. *Davi Kopenawa*. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/davi-kopenawa>. Acesso em: 05 mai. 2024.